

UNIVERSIDADE TIRADENTES
DIRETORIA DE GRADUAÇÃO
COORDENAÇÃO DE ENFERMAGEM

KARLA THAYSE DE AQUINO SANTOS
LARISSA RAYANNE RABELO LIMA

DEZ ANOS DA LEI Nº 11.108/2005: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

ARACAJU
2016

KARLA THAYSE DE AQUINO SANTOS

LARISSA RAYANNE RABELO LIMA

DEZ ANOS DA LEI Nº 11.108/2005: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Artigo científico apresentado a coordenação de Enfermagem da Universidade Tiradentes como pré – requisito para obter o título de bacharel em Enfermagem.

Orientador: Prof. Esp. Max Oliveira Menezes

**KARLA THAYSE DE AQUINO SANTOS
LARISSA RAYANNE RABELO LIMA**

DEZ ANOS DA LEI Nº 11.108/2005: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Data de aprovação ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Esp. Max Oliveira Menezes
Orientador

Profª Esp. Keyla Bessa Pinto
1ª Examinador

Profª Esp. Lourivânia Oliveira Melo Prado
2ª Examinador

ARACAJU
2016

DEZ ANOS DA LEI Nº 11.108/2005: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Karla Thayse de Aquino Santos*

Larissa Rayanne Rabelo Lima*

Max Oliveira Menezes**

RESUMO

A reinserção do acompanhante no processo de parturição começou desde a institucionalização do parto, o que levou ao afastamento da mulher do seu ambiente familiar, sendo fortalecido pelo pressuposto de que mesmo a parturiente estando assistida por vários profissionais, sente-se desprovida de seu contexto familiar e social. Em 2005 foi decretada a Lei nº 11.108, que assegura às mulheres o direito à presença de acompanhante durante o processo gravídico-puerperal em hospitais públicos e conveniados pelo Sistema Único de Saúde. O estudo teve por objetivo identificar os desafios da Lei nº 11.108/2005 ao longo dos dez anos de vigência e perspectivas futuras. Trata-se de uma revisão bibliográfica integrativa, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e documental, abrangendo o período de 2005 a 2015. O levantamento bibliográfico foi realizado no LILACS (Literatura Latino - Americana em Ciências de Saúde), SCIELO (Biblioteca Científica Eletrônica Virtual) e PUBMED (Publicações Médicas). Os 26 artigos analisados, permitiram evidenciar o predomínio de estudos que destacam os diversos desafios encontrados para inserção e efetivação da referida lei, dessa maneira apresenta-se de forma sublimine possíveis perspectivas para o desenvolvimento desta, as quais irão contribuir para o fortalecimento da assistência humanizada ao parto, sobretudo a assistência de enfermagem.

PALAVRAS-CHAVE: Parto humanizado, enfermagem obstétrica, acompanhantes de pacientes.

* Acadêmicas do 10º período do curso de enfermagem da Universidade Tiradentes – UNIT E-mail: karlathayse_93@hotmail.com; rabelo.larissa@hotmail.com

** Enfermeiro Especialista, docente da Universidade Tiradentes. E-mail: maxoliver19@hotmail.com

TEN YEARS OF LAW Nº 11.108/2005: CHALLENGES AND PROSPECTS

Karla Thayse de Aquino Santos*

Larissa Rayanne Rabelo Lima*

Max Oliveira Menezes**

ABSTRACT

Reintegration of the companion in the parturition process started since the institutionalization of labor, which led to the departure from the wife of his family, being strengthened by the assumption that even the laboring woman being assisted by several professionals, feels deprived of their family environment and social. In 2005 was decreed the Law 11.108, that ensure to women the right for a companion during the gravid-puerperal process in public hospitals and in hospitals in association with Sistema Único de Saúde. This study aims identify the challenge of Law 11.108/2005 during its ten years of validity and future expectations. This study is an integrative literature review with qualitative approach, exploratory, descriptive and documentary, covering the period from 2005 to 2015. The literature review was made on LILACS (Literatura Latino - Americana em Ciências de Saúde), SciELO (Scientific Electronic Library Online) and PUBMED (Medical Publications). The 26 articles analyzed, have highlighted the predominance of studies that highlight the various challenges encountered for insertion and enforcement of the law, thus presents a sublime way possible prospects for its development, which will contribute to the strengthening of human assistance childbirth, especially nursing care.

KEYWORDS: Humanized parturition, midwifery nursing, patients' companion.

* Acadêmicas do 10º período do curso de enfermagem da Universidade Tiradentes – UNIT E-mail: karlathayse_93@hotmail.com; rabelo.larissa@hotmail.com

** Enfermeiro Especialista, docente da Universidade Tiradentes. E-mail: maxoliver19@hotmail.com

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	6
2 METODOLOGIA	8
3 RESULTADOS E DISCUSSÕES	10
3.1 Desafios da Lei Nº 11.108/05 ao longo dos dez anos	16
3.2 Perspectivas da Lei Nº 11.108/05	18
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	20
REFERÊNCIAS.....	21
APÊNDICE A.....	25

1 INTRODUÇÃO

Desde séculos passados é notória a importância de ter um acompanhante no momento do trabalho de parto, parto e pós-parto imediato, fato evidenciado historicamente pela presença das parteiras e membros da família durante esse processo. Após a Segunda Guerra Mundial com o objetivo de reduzir as taxas de mortalidade materna e infantil, aconteceu a institucionalização e medicalização do parto, passando a ser realizado nos hospitais (BRGGEMANN et al., 2014).

Esse processo foi determinante para promover o distanciamento dos familiares e da sociedade do processo de parturição, pois a estrutura física e as rotinas das maternidades foram executadas para oferecer conforto aos profissionais de saúde e não às parturientes, conseqüentemente, o processo de nascimento passou a ser complexo e desumano (PRATA, 2011).

Atualmente no âmbito nacional, é possível observar que 56,7% das parturientes têm acompanhamento momentâneo, 24,5% das mulheres não têm nenhum acompanhante, 18,8% estão sempre acompanhadas (DINIZ et al., 2014). É observado ainda, que na maioria das vezes, os acompanhantes envolvidos no processo de parto, são do sexo feminino, em 80% dos casos, sendo geralmente a mãe da parturiente (33,4%) e após o esposo (19,0%) (TELES et al., 2010).

Em um estudo realizado em hospitais públicos e privados com 500 ou mais partos por ano nas cinco regiões do país, verificou-se que na região Nordeste, 15% das mulheres têm a presença do acompanhante durante todo o período de internação, 60% possui em alguma fase do desenvolvimento gravídico-puerperal e 25% das mesmas não usufrui desse direito em nenhuma etapa (DINIZ et al., 2014).

A ideia de reinserir o acompanhante no processo de parturição, outrora excluído, ganhou força a partir do pressuposto de que mesmo a mulher estando assistida por vários profissionais no processo de parturição, ainda assim, sente-se sozinha, desprovida de seu contexto familiar e social (CARVALHO et al., 2013).

Algumas evidências sobre os benefícios do acompanhante no parto levou à recomendação do Ministério da Saúde que todas as mulheres tenham direito de ser acompanhadas nesse momento. Para maior efetividade dessa determinação, em 2005, foi aprovada a Lei Federal nº 11.108/2005, garantindo a parturiente o direito de um acompanhante durante o trabalho de parto, parto e pós-parto imediato (BRASIL, 2012).

A obrigatoriedade da presença do acompanhante no processo de parturição está incluída na estratégia Rede Cegonha do Ministério da Saúde, que está contribuindo para a garantia desse direito através da execução de um novo modelo de atenção à saúde da mulher e da criança (MARTINELLI et al., 2014).

Mesmo diante de uma garantia legal, as instituições de saúde muitas vezes não permitem a presença de acompanhantes na sala de parto, devido ao espaço físico ser reduzido, possibilidade do acompanhante atrapalhar o procedimento e pelo risco de infecção hospitalar; tais justificativas são fortalecidas pelo déficit de conhecimento das gestantes sobre os direitos legais (LONGO; ANDRAUS; BARBOSA, 2010).

A participação do acompanhante, indicado pela parturiente é fundamental para a mulher, especialmente por proporcionar confiança, segurança, apoio e força, capaz de reduzir a dor e a sensação de solidão, gerar bem-estar emocional e físico, garantindo uma humanização do parto e nascimento (DODOU et al., 2014; OLIVEIRA et al., 2011).

Os dados descritos revelam que o apoio do acompanhante no momento do parto deveria ser regra e não exceção, pois é garantido em lei e visa o incentivo à prática de humanização no parto (DODOU et al., 2014).

Diante do exposto, surgiu a seguinte questão norteadora: Quais foram os desafios da Lei nº 11.108/2005 ao longo dos dez anos de vigência e suas perspectivas futuras?

2 METODOLOGIA

Trata-se de um estudo de revisão bibliográfica integrativa, com abordagem qualitativa, de caráter exploratório, descritivo e documental, abrangendo o período de 2005 a 2015. Para tal foram aplicadas as seguintes etapas :identificação do tema e seleção da hipótese ou questão de pesquisa para a elaboração da revisão integrativa; estabelecimento de critérios para inclusão e exclusão de estudos, amostragens e busca na literatura; definição das informações a serem extraídas dos estudos selecionados e categorização dos estudos; avaliação dos estudos incluídos na revisão integrativa; interpretação dos resultados; apresentação da revisão e síntese do conhecimento (MENDES; SILVEIRA; GALVÃO, 2008).

As bases de dados consultadas para a pesquisa foram:LILACS (Literatura Latino - Americana em Ciências de Saúde); SCIELO (Biblioteca Científica Eletrônica Virtual) e PUBMED (Publicações Médicas). Como critérios de inclusão, foram adotados artigos publicados em português, disponíveis na íntegra entre os anos de 2005 a 2015 e como critérios de exclusão, artigos pagos para seu acesso e que não responderam aos objetivos do projeto. A amostra inicial do estudo foi composta por 103 artigos, dos quais foram excluídos 77 (setenta e sete) por não atenderem aos critérios de inclusão do presente estudo. Os 26 (vinte e seis) artigos restantes foram todos utilizados na íntegra.

Com o intuito de facilitar a análise dos artigos, foi elaborado pelas pesquisadoras um instrumento de coleta de dados (APÊNDICE A), que foi composto por quatro variáveis: banco de dados, nome dos autores, periódico e ano de publicação dos artigos nas revistas e o título.

A coleta de dados foi realizada em duas etapas: na primeira foram estabelecidos os descritores/palavras-chave mediante busca nos Descritores em Ciências da Saúde – DECS, disponível em <http://decs.bvs.br>. Sendo assim, foram estabelecidos parto humanizado, enfermagem obstétrica e acompanhantes de pacientes. Para pesquisa nos bancos de dados, estes foram utilizados individualmente e agregados. Na

segunda etapa, foram realizadas buscas nas plataformas LILACS (Literatura Latino - Americana em Ciências de Saúde), SCIELO (Biblioteca Científica Eletrônica Virtual) e PUBMED (Publicações Médicas), disponíveis respectivamente nos seguintes endereços eletrônicos: <http://lilacs.bvsalud.org>, <http://www.scielo.org/php/index.php>, <http://www.ncbi.nlm.nih.gov/pubmed>.

Para o processo de análise de dados, foi utilizado a avaliação qualitativa, por visar à compreensão interpretativa dos fatos, colocando o pesquisador diante de um material de trabalho constituído que o levará a trilhar por caminhos subjetivos em busca da complexidade dos fenômenos e da sua compreensão que só ocorrerá se a ação for colocada dentro de um conjunto de significados/categorização (GOLDENBERG, 2010).

O presente estudo, não se fez necessário a apreciação do Comitê de Ética em Pesquisa, pois o mesmo aborda dados de domínio público. Mesmo assim, serão respeitadas as diretrizes e normas regulamentadoras da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, e sobretudo os pesquisadores se responsabilizam em citar os autores usados no estudo, destinando tais obras apenas para fins científicos, visando uma reflexão dos mesmos em detrimento da questão levantada e objetivos pretendidos.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A síntese dos dados extraídos é apresentada de forma descritiva, reunindo-a ao conhecimento produzido sobre o tema investigado no presente estudo. Logo, os resultados e as análises das publicações como, banco de dados, periódicos, ano, autores e título são expostos no QUADRO 01.

Quadro 01: Artigos selecionados nos bancos de dados *LILACS, **PUBMED, *SCIELO, com publicação entre 2005 e 2015.**

Banco de dados	Periódico / Ano	Autores	Título
LILACS	Revista Baiana de Enfermagem (2011)	PRATA et al.	Acompanhante no Centro Obstétrico: significado para a equipe de enfermagem.
LILACS	Rev Inst Ciênc Saúde (2011)	SANTOS et al.	Conhecimento de gestantes atendidas em Unidades Básicas de Saúde sobre o direito à presença do acompanhante durante o trabalho de parto.
LILACS	Revista Gaúcha de Enfermagem (2007)	TOMELERI et al.	“Eu vi meu filho nascer”: vivência dos pais na sala de parto.
PUBMED	Cad. Saúde Pública. (2005)	BRÜGGEMANN; PARPINELLI; OSIS.	Evidências sobre o suporte durante o trabalho de parto/parto: uma revisão da literatura.
SCIELO	Ciência e Saúde Coletiva (2012)	SILVA et al.	Evidências qualitativas sobre o acompanhamento por doulas no trabalho de parto e no parto.

Fonte: dados da pesquisa

***Literatura Latino-Americana em Ciências de Saúde, **Publicações Médicas e**

***** Biblioteca Científica Eletrônica Virtual.**

Quadro 01: Artigos selecionados nos bancos de dados *LILACS, **PUBMED, *SCIELO, com publicação entre 2005 e 2015 (continuação).**

Banco de dados	Periódico / Ano	Autores	Título
LILACS	Revista Pesquisa e Cuidado Fundamental online (2011)	CARVALHO et al.	Dificuldades relacionadas à presença do acompanhante durante o processo parturitivo da mulher: Percepção dos enfermeiros.
SCIELO	Escola Anna Nery Revista de Enfermagem (2014)	DODOU et al.	A contribuição do acompanhante para a humanização do parto e nascimento: Percepções de puérperas.
LILACS	Texto contexto - enferm. (2014)	BRÜGEMANN et al.	Motivos que levam os serviços de saúde a não permitirem acompanhante de parto: Discursos de enfermeiros.
SCIELO	Saúde e Sociedade (2014)	CARVALHO et al.	Direitos das parturientes: conhecimento da adolescente e acompanhante.
LILACS	Texto contexto - enferm. (2013)	FRUTUOSO; BRÜGGEMANN.	Conhecimento sobre a Lei 11.108/2005 e a experiência dos acompanhantes junto à mulher no Centro Obstétrico.
PUBMED	Cad. Saúde Pública vol.30 (2014)	DINIZ et al.	Implementação da presença de acompanhantes durante a internação para o parto: dados da pesquisa nacional Nascer no Brasil.

Fonte: dados da pesquisa

***Literatura Latino - Americana em Ciências de Saúde, **Publicações Médicas e *
** Biblioteca Científica Eletrônica Virtual.**

Quadro 01: Artigos selecionados nos bancos de dados *LILACS, **PUBMED, *SCIELO, com publicação entre 2005 e 2015 (continuação).**

Banco de dados	Periódico / Ano	Autores	Título
SCIELO	Caderno de Saúde Pública (2008)	NAGAHAMA; SANTIAGO.	Práticas de atenção ao parto e os desafios para humanização do cuidado em dois hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde em município da Região Sul do Brasil.
SCIELO	Revista Latino-Americana de Enfermagem (2010)	BASSO; MONTICELLI.	Expectativas de participação de gestantes e acompanhantes para o parto humanizado.
SCIELO	Escola Anna Nery Revista de Enfermagem (2010)	SANTOS; NUNES.	Doulas na assistência ao parto: concepção de profissionais de enfermagem.
SCIELO	Invest. educ. enferm (2007)	HOGA; PINTO.	Assistência ao parto com a presença do acompanhante: experiências de profissionais.
SCIELO	Revista de Saúde Pública (2006)	BRÜGGEMANN; OSIS; PARPINELLI.	Apoio no nascimento: percepções de profissionais e acompanhantes escolhidos pela mulher.
SCIELO	Esc Anna Nery (2015)	SILVA; NASCIMENTO; COELHO.	Práticas de enfermeiras para promoção da dignificação, participação e autonomia de mulheres no parto normal.

Fonte: dados da pesquisa

***Literatura Latino - Americana em Ciências de Saúde, **Publicações Médicas e ***

**** Biblioteca Científica Eletrônica Virtual.**

Quadro 01: Artigos selecionados nos bancos de dados *LILACS, **PUBMED, *SCIELO, com publicação entre 2005 e 2015 (continuação).**

Banco de dados	Periódico / Ano	Autores	Título
SCIELO	Esc. Anna Nery (2013)	BRÜGGEMANN et al.	A inserção do acompanhante de parto nos serviços públicos de saúde de Santa Catarina.
SCIELO	Cad. Saúde Pública. (2014)	ORSI et al.	Desigualdades sociais e satisfação das mulheres com o atendimento ao parto no Brasil: estudo nacional de base hospitalar.
SCIELO	Fractal, Rev. Psicol. (2013)	PINHEIRO; BITTAR.	Expectativas, percepções e experiências sobre o parto normal: relato de um grupo de mulheres.
SCIELO	Rev. bras. Enferm. (2007)	MOURA et al.	A humanização e a assistência de enfermagem ao parto normal.
SCIELO	Acta paul. Enferm . (2007)	NAKANO et al.	O suporte durante o processo de parturição: a visão do acompanhante.
LILACS	Revista de Enfermagem da UFSM. (2012)	SENA et al.	Avanços e retrocessos da enfermagem obstétrica no Brasil.
LILACS	Revista Pesquisa Cuidado é Fundamental. (2014)	SILVA et al.	Atendimento prestado a parturiente em um hospital universitário.

Fonte: dados da pesquisa

*Literatura Latino - Americana em Ciências de Saúde, **Publicações Médicas e *
** Biblioteca Científica Eletrônica Virtual.

Quadro 01: Artigos selecionados nos bancos de dados *LILACS, **PUBMED, *SCIELO, com publicação entre 2005 e 2015 (continuação).**

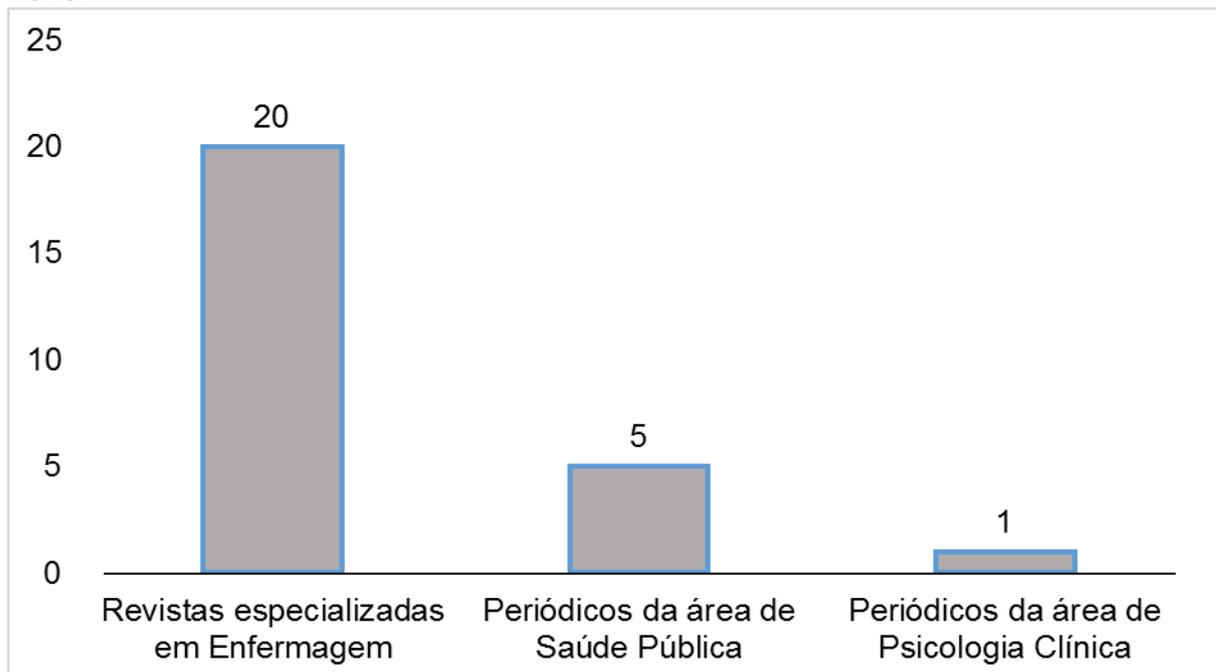
Banco de dados	Periódico / Ano	Autores	Título
LILACS	Ciência, Cuidado e Saúde. (2011)	STANCATO; VERGÍLIO; BOSCO.	Avaliação da estrutura e assistência em sala de pré-parto, parto e pós-parto imediato-ppp de um hospital universitário.
LILACS	REME Rev. Min. Enfer. (2011)	SANTOS; TAMBELLINI; OLIVEIRA.	Presença do acompanhante durante o processo de parturição: uma reflexão.

Fonte: dados da pesquisa

***Literatura Latino - Americana em Ciências de Saúde, **Publicações Médicas e *
** Biblioteca Científica Eletrônica Virtual.**

Os artigos inclusos no estudo são predominantemente de publicações em revistas especializadas em enfermagem, enquanto os demais em periódicos das áreas de saúde pública e psicologia clínica, conforme explanado no gráfico 1.

Gráfico 1: Número de artigos publicados em revistas especializadas da área da saúde, nas bases de dados SCIELO, PUBMED e LILACS, no período de 2005 a 2015.

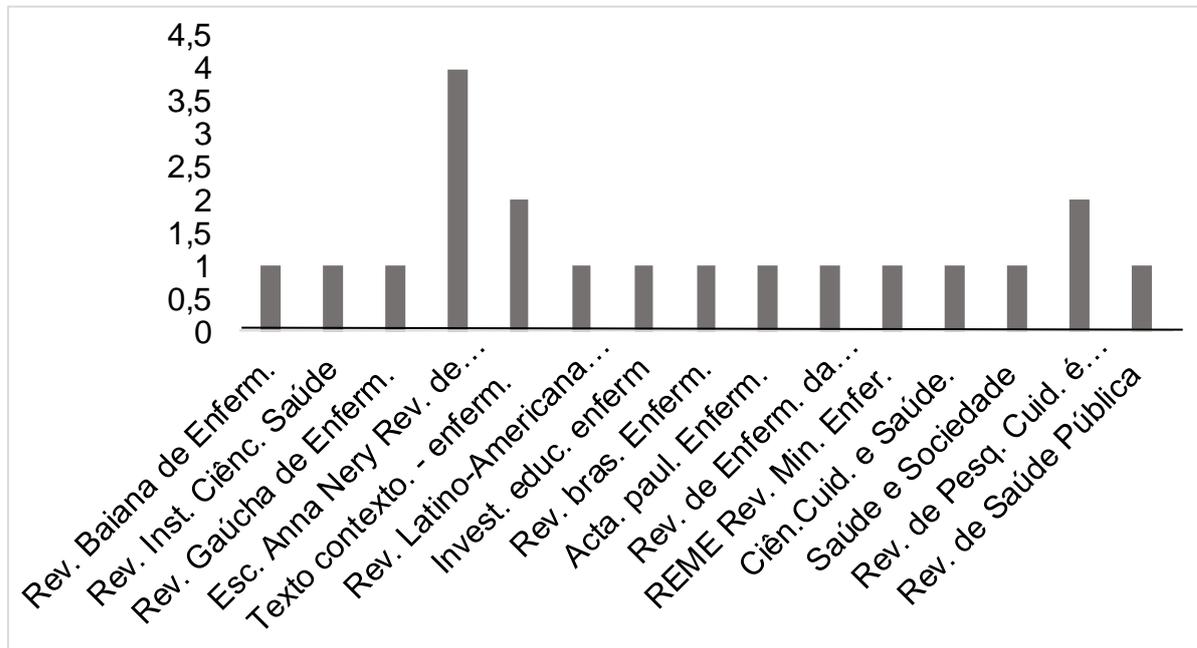


Fonte: dados da pesquisa, 2016.

Esse resultado revela a diversidade de áreas do conhecimento abordando a temática, ressaltando as contribuições da enfermagem para a compreensão de temas de grande relevância social.

A multidisciplinaridade está inserida no contexto do direito ao acompanhante durante o processo de parturição, porque os profissionais de saúde, devem ser induzidos ao ideal de humanização, para possibilitar uma repadronização da assistência, oferecer informações pertinentes aos usuários e a outros profissionais, com o objetivo de ampliar a atenção integral na ação do cuidar. Nesta lógica, para a humanização da assistência, além da legislação e de direitos institucionalizados é preciso que os profissionais de saúde e gestores adquiram um maior conhecimento científico e introduzam novos princípios para o parto e nascimento (LONGO; ANDRAUS; BARBOSA, 2010).

Gráfico 2: Descrição das revistas especializadas em enfermagem com artigos publicados na área de estudo, indexadas nas bases de dados SCIELO, PUBMED e LILACS, no período de 2005 a 2015.



Fonte: dados da pesquisa, 2016.

O gráfico 2 mostra um maior quantitativo de publicações na área de enfermagem dentro da perspectiva do acompanhante no processo de humanização do nascimento, neste sentido, o Ministério da Saúde valoriza a atuação do enfermeiro obstetra através de portarias, por entender que estas medidas são fundamentais

para redução de intervenções, agravos e favorecer um cuidado integral, tanto em maternidades como em casas de partos, envolvendo um conjunto de conhecimentos, práticas e atitudes que visam à promoção do parto e a prevenção da morbimortalidade materna e perinatal (SENA et al., 2012).

No que diz respeito aos aspectos metodológicos utilizados nas pesquisas incluídas nesta revisão, verificou-se a existência de 21 (vinte e um) periódicos com pesquisas de campo, do tipo exploratório, descritivo, utilizando-se as abordagens qualitativas e quantitativas; e 5 (cinco) de revisão bibliográfica.

3.1 Desafios da Lei Nº 11.108/05 ao longo dos dez anos

Várias dificuldades e desafios são apontados para a implementação da Lei do acompanhante nas instituições de saúde brasileira. Entre elas, está o descumprimento dessa prática rotineiramente, mesmo diante do direito de escolha da mulher por um acompanhante durante seu processo de parturição (SANTOS; TAMBELLINI; OLIVEIRA, 2011).

De igual modo, apesar da garantia determinada na referida lei, nem todas as maternidades incorporam em sua prática a liberação de um acompanhante, e quando permitem impõem regras e exclusões (SILVA et al., 2012).

Maiores impasses são descritos na literatura para a implementação da lei nas instituições públicas, como resistência dos profissionais de saúde quanto à presença do acompanhante, falta de estrutura física, recursos humanos e materiais (BRÜGGEMANN et al., 2014), desconhecimento dos acompanhantes e da gestante sobre os direitos da parturiente (CARVALHO et al., 2011) e as rotinas hospitalares (NAGAHAMA; SANTIAGO, 2008).

Os impasses são fortalecidos pela decisão dos profissionais e a inadequação da estrutura organizacional, nesse contexto requer mudanças na conduta da equipe, apoio institucional e estratégias de gestão que valorizem o apoio pelo acompanhante de escolha da mulher (DODOU et al., 2014).

Agrega-se a esse universo a indefinição do papel do acompanhante, como a falta de clareza no limite de atuação do mesmo (SANTOS; NUNES, 2010), falta de projetos para inserí-lo no parto e preparação sistemática (HOGA; PINTO, 2007).

A realidade é demonstrada através de estudo em 135 serviços associados ao Sistema Único de Saúde, que fornecem assistência ao parto em Santa Catarina/Brasil, onde foi constatado que, 54,8% dos mesmos sempre liberam a presença do acompanhante, 32,6% concedem às vezes, 11,9% jamais autorizam e 0,7% não responderam. Os dados mostram que a maioria dos serviços pesquisados permitem a presença do acompanhante. Todavia, em alguns deles há restrições, uma vez que a preferência da parturiente não é respeitada e impede-se a permanência do acompanhante no momento do parto (BRÜGGEMANN et al., 2013).

Outros estudos corroboram com a afirmativa, pois em uma pesquisa realizada em três Unidades Básicas de Saúde do Distrito Sul da cidade de Campinas, interior de São Paulo, foi observado que 52,0% das participantes não possuíam acompanhantes no período do pré-natal e uma maior proporção (60,0%), não sabiam sobre a permissão ao acompanhante, entre as que conheciam, informaram ser orientadas por famílias e amigos (SANTOS et al., 2011).

A desinformação da mulher é um fator de dificuldade para a efetividade do direito ao acompanhante no parto, como também um desafio para as instituições de saúde, ou seja, é importante informar as mulheres de seu direito e cumpri-lo como determina a lei, realizando atividades educativas direcionadas às gestantes, desenvolvidas pelos profissionais de saúde, com o objetivo de esclarecer os direitos da mulher (SANTOS et al., 2011).

Diante das adversidades enfrentadas pelas parturientes, verificou-se a necessidade de dar voz aos agentes envolvidos no processo de parturição, pois muitas vezes sentem-se intimidados pelos profissionais de saúde, sendo desencorajados de participar ou ter um acompanhante (NAKANO et al., 2007).

Os achados evidenciam a necessidade de utilização de estratégias educativas, com reflexão e orientações aos profissionais e gestantes, visando a sensibilização e

capacitação da equipe com vistas ao atendimento dessa lei, contribuindo, dessa forma, para o alcance da humanização da assistência (PRATA et al., 2011).

3.2 Perspectivas da Lei Nº 11.108/05

Através da revisão da literatura em busca de perspectivas diante da Lei Nº 11.108/05, foi possível constatar um déficit de estudos que possibilitem a exploração dessa temática com visão futura, a fim de planejar e prover melhorias e integralidade do direito do acompanhamento no trabalho de parto.

Contudo, é fato que a referida lei é a garantia legal para a inserção do acompanhante no processo de parturição. Dessa forma, é possível cultivar expectativas para uma maior efetividade do direito do acompanhante de livre escolha da parturiente em todas as etapas de assistência a gestante, permeando a humanização da assistência ao parto, bem como, a contínua sensibilização de gestores para capacitação dos profissionais e melhoria da estrutura física das maternidades (ORSI et al., 2014).

Assim, fica evidente a necessidade de investimentos na lei, permitindo assim, uma possível mudança da realidade (DINIZ et al., 2014), através do estabelecimento de diretrizes nas instituições de saúde (BRÜGGEMANN; OSIS; PARPINELLI, 2006), promoção de condutas educativas aos profissionais de saúde (FRUTUOSO; BRÜGGEMANN, 2013), valorização de visões subjetivas que abrangem o nascimento (SILVA et al., 2014) e flexibilidade ao lidar com leis, pois devem ser sempre priorizadas as necessidades e o bem-estar da mulher (PINHEIRO; BITTAR, 2013).

É possível vislumbrar também a perspectiva de pesquisas que possam aprofundar os itens já discutidos, como os benefícios oriundos do acompanhamento de livre escolha da parturiente sobre desfechos maternos e perinatais (TOMERELI et al., 2007); desenvolvimento de atividades educativas libertadoras para encorajamento dos sujeitos como mecanismo provocador de mudanças no indivíduo e na comunidade (SILVA; NASCIMENTO; COELHO, 2015; BASSO; MONTICELLI, 2010).

Assim, os indícios disponíveis sobre o apoio do acompanhante durante o processo de parturição precisam ser conhecidos e debatidos nas maternidades e nos foros profissionais (BRUGGEMANN; PARPINELLI; OSIS, 2005) para que os mesmos possam ser viabilizados e disseminados (STANCATO; VERGÍLIO; BOSCO, 2011), proporcionando dessa forma, a reorganização dos serviços de saúde e dos profissionais para dar continuidade à lei (MOURA et al., 2007).

Para transformação da realidade obstétrica, se faz necessário utilizar como principal ferramenta a disseminação do conhecimento, através da educação continuada com os profissionais de saúde e qualificação dos serviços ofertados (CARVALHO et al., 2011; CARVALHO et al., 2014).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os 26 artigos, permitiram evidenciar o predomínio de publicações realizadas por enfermeiros envolvendo a temática do acompanhante no processo de parturição, tal fato torna explícito o papel preponderante do enfermeiro para mudança de realidade, especificamente a humanização do parto.

Apesar da Lei Nº 11.108 ter sido promulgada no ano de 2005, ainda existem muitos desafios para sua implementação e efetivação nas instituições de saúde, entre eles são ressaltados a falta de estrutura física nas maternidades, a conduta dos profissionais de saúde e o desconhecimento das gestantes e seus acompanhantes sobre a referida lei.

Os desafios são preponderantes as perspectivas, por esse motivo, são necessários investimentos em estudos relacionados à temática. Além disso, recomenda-se que as instituições de saúde desenvolvam atividades educativas direcionadas às gestantes, executadas por profissionais de saúde, com o objetivo de esclarecer os direitos da mulher no processo de parturição.

As evidências devem ser utilizadas para incentivar inserção do acompanhante no pré-parto, parto e puerpério, estimular à sensibilização dos profissionais de saúde e gestores públicos para a importância do acompanhante dentro dos centros obstétricos, favorecendo a mudança da realidade no que diz respeito ao parto humanizado.

A exploração da temática mostrou-se de extrema relevância para consolidação do conhecimento dos graduandos em enfermagem, podendo este, ser conduzido para os enfermeiros inseridos no processo de especialização, permitindo o fortalecimento e aperfeiçoamento da assistência de enfermagem, sobretudo na inserção do acompanhante de forma efetiva no processo de parturição e puerpério, conforme versa os princípios da Rede Cegonha.

REFERÊNCIAS

BASSO, J.F; MONTICELLI, M. Expectativas de participação de gestantes e acompanhantes para o parto humanizado. **Rev Latino-Am. Enferm**, v. 18, nº 3, p. 390-7, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/rlae/v18n3/pt_14.pdf. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Atenção ao pré-natal de baixo risco** Brasília (DF), 2012. Disponível em: http://bvsm.sau.gov.br/bvs/publicacoes/cadernos_atencao_basica_32_prenatal.pdf. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

BRÜGGEMANN, O.M; et al. A inserção do acompanhante de parto nos serviços públicos de saúde de Santa Catarina, Brasil. **Esc. Anna Nery**, v.17, nº 3, Rio de Janeiro, jul/ago. 2013. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127728368005>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

BRÜGGEMANN, O.M; et al. Motivos que levam os serviços de saúde a não permitirem acompanhante de parto: Discursos de enfermeiros. **Texto contexto – enferm**, v.23, nº 2, Florianópolis, abr/ jun, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010407072014000200270&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

BRÜGGEMANN, O.M.; OSIS, M.J.D.; PARPINELLI, M.A. Apoio no nascimento: percepções de profissionais e acompanhantes escolhidos pela mulher. **Rev Saúde Pública**, v. 41, nº 1, p.44-52, 2006. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89102007000100007. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

BRÜGGEMANN, O.M; PARPINELLI M.A; OSIS, M.J.D. Evidências sobre o suporte durante o trabalho de parto/parto: uma revisão da literatura. **Cad. Saúde Pública**, v.21, nº5, Rio de Janeiro set/ out. 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000500003. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

CARVALHO, I.S; et al. Acompanhantes no processo de nascimento: benefícios reconhecidos pelos enfermeiros. **J Health Sci Inst**, v.31, nº 2, p.166-71, 2013. Disponível em: http://www.unip.br/comunicacao/publicacoes/ics/edicoes/2013/02_abr-jun/V31_n2_2013_p166a171.pdf. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

CARVALHO, I.S; et al. Dificuldades relacionadas à presença do acompanhante durante o processo parturitivo da mulher: Percepção dos enfermeiros **Pesq. Cuid. Fundam. online**, p.28-36, 2011. Disponível em: <http://bases.bireme.br/cgi-bin/wxislind.exe/iah/online/?IscScript=iah/iah.xis&src=google&base=BDENF&lang=p>

&nextAction=lnk&exprSearch=23334&indexSearch=ID. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

CARVALHO, V.F; et al. Direitos das parturientes: conhecimento da adolescente e acompanhante. **Saúde e Sociedade**, v. 23, nº 2, p. 572-581, 2014. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12902014000200572. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

DINIZ, C.S.G; et al. Implementação da presença de acompanhantes durante a internação para o parto: dados da pesquisa nacional Nascer no Brasil. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 30 Sup: S140-S153, 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v30s1/0102-311X-csp-30-s1-0140.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

DODOU, H; et al. A contribuição do acompanhante para a humanização do parto e nascimento: percepções de puérperas. **Esc Anna Nery**, v.18, nº2, p.262-269, 2014. Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=127730686012>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

FRUTUOSO, L.D; BRUGGEMANN, O.M. Conhecimento sobre a Lei 11.108/2005 e a experiência dos acompanhantes junto à mulher no Centro Obstétrico. **Texto Contexto Enferm**, v. 22, nº 4, p. 909-17, 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010407072013000400006&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

GOLDENBERG, M. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em Ciências Sociais**. Rio de Janeiro: Record, 2010. Disponível em: <http://www.ufjf.br/labesc/files/2012/03/A-Arte-de-Pesquisar-Mirian-Goldenberg.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

HOGA, L.A.K; PINTO, C.M.S. Assistência ao parto com a presença do acompanhante: experiências de profissionais. **Invest. educ. enferm.** v. 25, nº 1, p. 74-81, mar. 2007. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0120-53072007000100008. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

LONGO, C.S.M; ANDRAUS, L.M.S; BARBOSA, M.A. Participação do acompanhante na humanização do parto e sua relação com a equipe de saúde. **Rev. Eletr. Enf.** abr./jun.; v.12, nº2, p.386-91; 2010. Disponível em: https://www.fen.ufg.br/fen_revista/v12/n2/v12n2a25.htm. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

MARTINELLI, K.G; et al. Adequação do processo da assistência pré-natal segundo os critérios do Programa de Humanização do Pré-natal e Nascimento e Rede Cegonha. **Rev Bras Ginecol Obstet.**, v.36, nº2, p.56-64; 2014. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbgo/v36n2/0100-7203-rbgo-36-02-00056.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

MENDES, K.D.S; SILVEIRA, R.C.C.P; GALVÃO, C.M. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. **Texto**

contexto - enferm. Florianópolis, v. 17, nº 4, dez. 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-07072008000400018. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

MOURA, F.M.J.S; et al. A humanização e a assistência de enfermagem ao parto normal. **Rev. bras. enferm.** v.60, nº4, Brasília, jul/ ago. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-71672007000400018. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

NAGAHAMA, E.E.I; SANTIAGO, S.M. Práticas de atenção ao parto e os desafios para humanização do cuidado em dois hospitais vinculados ao Sistema Único de Saúde em município da Região Sul do Brasil. **Cad. saúde pública**, v. 24, nº8, p. 1859-68, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/csp/v24n8/14.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

NAKANO, A.M.S; et al. O suporte durante o processo de parturição: a visão do acompanhante. **Acta paul. enferm.** v.20, nº 2, São Paulo, abr./jun. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010321002007000200004. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

OLIVEIRA, A.S.S; et al. O acompanhante no momento do trabalho de parto e parto: percepção de puérperas. **Cogitare Enfermagem**, v. 16, nº 2, 2011. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cogitare/article/download/20201/14211>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

ORSI, E; et al. Desigualdades sociais e satisfação das mulheres com o atendimento ao parto no Brasil: estudo nacional de base hospitalar. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 30 Sup:S154-S168, 2014. Disponível em: <http://www.scielosp.org/pdf/csp/v30s1/0102-311X-csp-30-s1-0154.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

PINHEIRO, B.C; BITTAR, C.M. L. Expectativas, percepções e experiências sobre o parto normal: relato de um grupo de mulheres. **Fractal, Rev. Psicol.** v.25, nº3, Rio de Janeiro, set./dez. 2013. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922013000300011. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

PRATA, K.S; et al. Acompanhante no centro obstétrico: significado para a equipe de enfermagem. **Revista Baiana de Enfermagem**, v. 25, nº 3, 2011. Disponível em: <http://www.portalseer.ufba.br/index.php/enfermagem/article/view/6146>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

SANTOS, D.S; NUNES, I.M. Doulas na assistência ao parto: concepção de profissionais de enfermagem. **Esc Anna Nery Rev Enferm**, v. 13, nº 3, p. 582-8, 2010. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-81452009000300018. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

SANTOS, J.O; et al. Conhecimento de gestantes atendidas em Unidades Básicas de Saúde sobre o direito à presença do acompanhante durante o trabalho de parto. **Rev Inst Ciênc Saúde**; v.26, nº3, p.294-8; 2011. Disponível em:

http://www.unip.br/comunicacao/publicacoes/ics/edicoes/2008/03_jul_set/V26_N3_2008_p294-298.pdf. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

SANTOS, J.O; TAMBELLINI, C.A; OLIVEIRA, S.M.J.V. Presença do acompanhante durante o processo de parturição: uma reflexão. **REME. rev. min. enferm.** v.15, nº, p.3453-458, jul.-set. 2011. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/58>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

SENA, C.D; et al. Avanços e retrocessos da enfermagem obstétrica no Brasil. **Revista de Enfermagem da UFSM**, v. 2, nº 3, p. 523-529, 2012. Disponível em: <http://www.reme.org.br/artigo/detalhes/58>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37.

SILVA, A.L.S; NASCIMENTO, E.R; COELHO, E.A.C.Práticas de enfermeiras para promoção da dignificação, participação e autonomia de mulheres no parto normal. **Esc Anna Nery**; v.19, nº3, p.424-431; 2015. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S141481452015000300424&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37

SILVA, F.F.A; et al. Atendimento prestado a parturiente em um hospital universitário. **Revista Cuidado é Fundamental**, v.6, nº1, p.282-292, jan./mar., 2014. Disponível em:http://www.seer.unirio.br/index.php/cuidadofundamental/article/viewFile/3002/pdf_1062. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37

SILVA, R.M; et al. Evidências qualitativas sobre o acompanhamento por doulas no trabalho de parto e no parto. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v.17 nº 10, out. 2012. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232012001000026. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37

STANCATO, K; VERGÍLIO, M.S. T.G; BOSCO, C.S. Avaliação da estrutura e assistência em sala de pré-parto, parto e pós-parto imediato-PPP de um hospital universitário. **Cienc Cuid Saude**; v. 10, nº3, p.541-548, jul./set., 2011.Disponível em: <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/CiencCuidSaude/article/view/12656>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37

TELES, L.M.R; et al. Parto com acompanhante e sem acompanhante: a opinião das puérperas. **Cogitare Enferm**, Fortaleza, p.688-694, out./dez., 2010. Disponível em: <http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs/index.php/cogitare/article/viewFile/20366/13527>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37

TOMELERI, K.R; et al. "Eu vi meu filho nascer": vivência dos pais na sala de parto. **Revista Gaúcha de Enfermagem**, v. 28, nº 4, p. 497, 2007. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/RevistaGauchadeEnfermagem/article/view/3110>. Acesso em: 02 abr. 2016, 15:37

